

ÍNDICE

PREFÁCIO	11
INTRODUÇÃO	
PODE O DIREITO SER EMANCIPATÓRIO?	19
Introdução	19
A questão no seu contexto	21
O prisma ocidental e a plausibilidade da questão	26
A morte do contrato social e a ascensão do fascismo social	32
<i>A exclusão social e a crise do moderno contrato social</i>	32
<i>A emergência do fascismo social</i>	43
<i>O fascismo social e a produção de uma sociedade civil estratificada</i>	48
Do cosmopolitismo subalterno e insurgente	51
O cosmopolitismo subalterno e o direito: condições para a legalidade cosmopolita	62
A legalidade cosmopolita em acção	73
<i>O direito nas zonas de contacto</i>	74
<i>Direitos humanos multiculturais</i>	77
<i>O tradicional e o moderno: As outras modernidades dos povos indígenas e das autoridades tradicionais</i>	79
<i>Cidadania cultural</i>	81
<i>Direitos de propriedade intelectual, biodiversidade e saúde humana</i>	82
<i>O direito e a redescoberta democrática do mundo do trabalho</i>	88
<i>O direito e a produção não-capitalista</i>	94
<i>Direito para os não-cidadãos</i>	100
<i>O Estado como novíssimo movimento social</i>	103
Conclusão	111

PARTE I

O DIREITO E A CRISE REVOLUCIONÁRIA

CAPÍTULO 1

JUSTIÇA POPULAR, DUALIDADE DE PODERES E ESTRATÉGIA SOCIALISTA	117
Direito, revolução e dualidade de poderes	117
Dualidade de poderes e transformação política	124
Conclusão	140

CAPÍTULO 2

A CRISE E A RECONSTITUIÇÃO DO ESTADO EM PORTUGAL	143
A crise final do Estado Novo	143
Do golpe de Estado à crise revolucionária	157
<i>A dualidade de impotências</i>	158
A crise de hegemonia (1975-1985)	164

CAPÍTULO 3

OS CASOS DE JUSTIÇA POPULAR EM PORTUGAL DURANTE A CRISE REVOLUCIONÁRIA DE 1974-1975	171
Introdução	171
As experiências da justiça popular	172
A luta pela redefinição da justiça criminal	172
<i>O caso José Diogo</i>	175
A luta pelo direito a uma habitação condigna	186
<i>O caso de Maria Rodrigues</i>	189
Justiça popular no contexto da revolução portuguesa	191
<i>Avaliação da justiça popular no processo revolucionário</i>	203
Reflexões inconclusivas	212

PARTE 2
O DIREITO DOS PEQUENOS PASSOS

CAPÍTULO 4	
A CIDADE CAPITALISTA E A RENDA FUNDIÁRIA URBANA	217
O processo histórico de urbanização e o modo de produção capitalista	217
A propriedade fundiária, a renda fundiária e o capital	222
<i>A renda fundiária em Marx</i>	223
<i>Da renda fundiária agrícola à renda fundiária urbana</i>	230
<i>A renda fundiária e o processo de valorização do capital.</i>	
<i>As diferentes formas de propriedade fundiária</i>	241
A questão urbana e o Estado: a política fundiária, a política habitacional e as lutas urbanas	260
 CAPÍTULO 5	
LUTAS URBANAS NO RECIFE	279
Questões teóricas e metodológicas	279
<i>Método do caso alargado</i>	282
<i>Contexto urbano do Recife</i>	283
Os conflitos urbanos	291
<i>O caso da Vila das Crianças</i>	291
<i>O caso do Skylab</i>	293
<i>O caso da Vila Camponesa</i>	295
A economia estrutural e interaccional dos conflitos	297
<i>Ocupantes/moradores</i>	298
<i>Os proprietários</i>	306
<i>O Estado</i>	308

CAPÍTULO 6	
O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS	
SEM TERRA E AS SUAS ESTRATÉGIAS	
JURÍDICO-POLÍTICAS DE ACESSO AO DIREITO	
E À JUSTIÇA NO BRASIL (com Flávia Carlet)	313
Introdução	313
A questão da terra: resistência e luta pelo acesso ao direito	
e à justiça	316
<i>A luta pela terra indígena</i>	317
<i>As terras quilombolas</i>	319
A luta dos trabalhadores rurais	321
A luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	
pela reforma agrária no Brasil	323
<i>As estratégias políticas do MST na luta pelo acesso à terra</i>	325
<i>Ocupações colectivas</i>	326
<i>Marchas</i>	327
<i>Jejuns e greves de fome</i>	327
<i>Vigílias</i>	327
<i>Manifestações públicas nas grandes cidades</i>	328
Estratégias jurídicas: o papel dos “advogados populares”	328
<i>Estratégias judiciais</i>	329
<i>O recurso de agravo de instrumento</i>	330
<i>Reinterpretações da lei constitucional e processual</i>	331
<i>Prevalência dos direitos humanos sobre os direitos</i>	
<i>de propriedade</i>	331
<i>Exigência de cumprimento da função social da propriedade</i>	332
<i>Comprovação do exercício da posse por parte do proprietário</i>	333
<i>Sensibilização e articulação com o poder judiciário</i>	334
<i>Litigação levada aos tribunais de instância superior</i>	334
Estratégias jurídicas não-judiciais	335
<i>Formação técnica e política para advogados e acção colectiva</i>	336
<i>Parcerias com universidades e incentivos para a criação de</i>	
<i>Assessorias Jurídicas Populares Universitárias</i>	337

<i>Impacto das estratégias políticas e judiciais: análise de alguns casos de tribunal</i>	338
<i>Panorama dos argumentos jurídicos do judiciário contra e a favor do MST</i>	342
Conclusões	345

PARTE 3

O DIREITO DA INDIGNAÇÃO

CAPÍTULO 7

PARA UMA TEORIA SOCIOJURÍDICA

DA INDIGNAÇÃO: É POSSÍVEL OCUPAR O DIREITO?	349
As revoltas da indignação	349
O direito e as revoltas da indignação	363
Direito configurativo: a dualidade abissal do direito	365
<i>O funcionamento do direito dual</i>	369
<i>Duas ilegalidades</i>	370
<i>O legal, o ilegal, e o alegal</i>	372
<i>Direito internacional e relações internacionais</i>	373
Direito prefigurativo	375
Direito reconfigurativo: Pode o direito ser emancipatório?	376
Conclusão	379
 BIBLIOGRAFIA	 381